



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES, IDENTIDADES E PODER NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

GENDER RELATIONS, SEXUALITIES, IDENTITIES AND POWER IN
CONTEMPORARY BRAZIL

RELACIONES DE GÉNERO, SEXUALIDADES, IDENTIDADES Y PODER
EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

*Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto*¹
*Anne Caroline Fernandes Alves*²

RESUMO

Este artigo é fruto de uma soma de discussões iniciadas no Simpósio Temático – Relações de gênero, sexualidades, identidade e poder no Brasil Contemporâneo realizado no V ENGTEG – Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH/Brasil. Apostando no diálogo levantado pelas autoras e autores em suas comunicações de pesquisa, este texto parte dos temas e debates historiográficos que tocam a formação do Brasil Contemporâneo a partir das questões de gênero e sexualidade. Para esta empreitada foi realizada a mobilização dos textos publicados nos Anais do evento, assim como também o diálogo com a historiografia especializada. Neste sentido, o artigo foi desenvolvido em três tópicos: O primeiro discute o panorama do Brasil recente e a inflexão histórica do autoritarismo, no segundo tópico o neoliberalismo e a condição das mulheres e da população LGBTQI+ são localizadas e no terceiro tópico são discutidas as questões do florescer de um movimento em contra-corrente.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Contemporâneo. Sexualidades. Gênero.

ABSTRACT

This article is the result of a sum of dissemination initiated at the Thematic Symposium - Gender Relations, Sexualities, Identity and Power in Contemporary

¹ Doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC) e Pesquisador ANÔMLOS-UFCAT. E-mail: rhanielly0884@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5442-5846.

² Professora da Faculdade de Direito do Centro Universitário Alves Faria. Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). E-mail: anne.alves@unialfa.com.br. ORCID: 0000-0002-9220-8217.

Brazil held at the V ENGTEG - National Meeting of the Gender Studies WG of ANPUH/Brazil. Betting on the dialogue raised by authors and authors in their research communications, this text departs from the historiographical themes and debates that touch the formation of Contemporary Brazil from the issues of gender and sexuality. For this task, texts published in the Annals of the event were mobilized, as well as dialogue with specialized historiography. In this sense, the article was developed in three topics: The first discusses the panorama of recent Brazil and the historical inflection of authoritarianism, in the second topic neoliberalism and the condition of women and the LGBTQI+ population are located and in the third topic the issues are discussed of the flowering of a counter-current movement.

KEYWORDS: Contemporary Brazil. Sexualities. Gender.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una suma de discusiones iniciadas en el Simposio Temático – Relaciones de género, sexualidades, identidad y poder en el Brasil Contemporáneo realizado en el V ENGTEG – Encuentro Nacional del GT de Estudios de Género de la ANPUH/Brasil. Apostando por el diálogo planteado por los autores en sus comunicaciones de investigación, este texto parte de los temas y debates historiográficos que tocan la formación del Brasil contemporáneo a partir de cuestiones de género y sexualidad. Para ese empeño se movilizaron los textos publicados en los Anales del evento, así como el diálogo con la historiografía especializada. En este sentido, el artículo se desarrolló en tres temas: El primero analiza el panorama del Brasil reciente y la inflexión histórica del autoritarismo, en el segundo tema se ubica el neoliberalismo y la condición de las mujeres y la población LGBTQI+ y en el tercer tema se ubican los temas del florecimiento de un movimiento contracorriente.

PALABRAS CLAVE: Brasil Contemporáneo. Sexualidades. Género.

* * *

Introdução

As primeiras décadas do século XXI colocaram em xeque as teses sobre o fim da história em suspensão. Nestes 20 anos diferentes grupos sociais intensificaram um processo de disputa política e cultural frente a relação dialógica, de consolidação e crise, do neoliberalismo em diferentes cantos do globo. Se não podemos dizer que estamos sob o fim da história, certamente torna-se possível dizer que estamos sob um campo de disputas.

O neoliberalismo como um regime de governabilidade dos corpos, da economia, da política e da cultura, é sobretudo o anúncio de uma guerra que tem sido disputada pelas sujeitas, pelos corpos e grupos sociais que mais sofrem com a sua lógica operante. O ataque a solidariedade como um bem

indissociável à democracia e a precarização político-econômica faz com que as questões de gênero, das sexualidades, dos povos originários, das desigualdades regionais e da classe desafiem essa grande parte da população em hastear suas bandeiras com seus projetos políticos que ora atendem as especificidades de cada grupo, ora lançam o fortalecimento de um projeto comum em uma política de alianças que desafia não só a lógica neoliberal como expõe seus elementos constitutivos, suas estratégias de controle e de produção de hegemonia.

Este contexto pôde ser sentido de forma mais ampla a partir do surgimento da pandemia da Covid-19 e de suas consequências no Brasil. Entre 2020 e 2022 assistimos e disputamos a hegemonia com a ascensão de discursos que negavam a cientificidade de dados estatísticos quanto ao número de mortos, assim como também uma morosa política de contenção com atrasos significativos na formação de uma política de vacinação. Assim como também dados alarmantes começavam a circular na mídia e no meio acadêmico.

A crise econômica, sucedida pelo desmantelamento das políticas de seguridade social e proteção às trabalhadoras e trabalhadores, ampliaram assim um cenário de precarização seguido pela ascensão da extrema-direita a partir de um combustível quase inesgotável, traduzido na forma de notícias falsas disparadas em quantidade escalar em tempo quase instantâneo. Neste período não faltaram entrevistas e embates públicos quanto à gestão e a minimização dos efeitos do vírus:

A mais enfática e literal, até o momento, saiu de um vídeo gravado por Durski e publicado, orgulhosamente, em suas redes sociais. Aos seus seguidores, ele diz, indignado: “Não podemos [parar] por conta de 5 mil pessoas ou 7 mil pessoas que vão morrer. (CARTA, 2020, p.1)

Diferentes autoras e autores forneceram, ao mesmo tempo, um rico arcabouço interpretativo que nos permitem analisar a estrutura deste discurso negacionista. Aqui, impera a ideia de funcionamento contínuo, isto é “não parar a máquina econômica”, e com isso, possibilitar que a economia

continue girando ainda que seu custo seja a perda humana. Este é, sem sombra de dúvidas, um dos efeitos do neoliberalismo e da estrutura necropolítica que vem se instaurando no país.

Além do contexto pandêmico, a recente clivagem política à direita entre 2015 e 2022 também descortinou uma agenda política anti-feminista e antagônica às políticas antirracistas e anti-LGBTQIA³+. Durante este período o esvaziamento das pastas relacionadas aos direitos humanos evidenciaram um processo de sucateamento e de precarização.

De acordo com o relatório *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social* publicado em 2021, em âmbito nacional, entre 2019 e 2021 o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos articulado pela ex-ministra Damares Alves implementou uma guerra ideológica na defesa da “restauração de valores conservadores gênero e sexualidade que teriam sido abonados pelas administrações anteriores que “politizaram”, indevidamente estes assuntos (AÇÃO et al., 2021, p.32).

A manifestação dos ataques anti-feministas, por exemplo, pôde ser observada de perto na comunidade nacional de historiadoras e historiadores, com a acusação da professora Dr^a Marlene de Fáveri⁴, docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Ainda em 2018 a então orientanda de mestrado havia acusado a docente de promoção da “perseguição religiosa e ideológica”.

Se por um lado as discussões que recortam o tema dos feminismos e a agenda do direito das mulheres foram ameaçadas, por outro, podemos também dizer o mesmo quanto às questões LGBTQIA+. Embora a comunidade tenha garantido alguns direitos, graças ao julgamento do Supremo Tribunal Federal ter enquadrado a homofobia e a transfobia na lei dos crimes de racismo em

³ A sigla diz respeito a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e sexualidades que destoam da norma vigente.

⁴ A trajetória acadêmica de Fáveri é marcada pelos estudos de gênero e feminismos. A professora foi absolvida dada a improcedência do caso, tornando-se um dos nomes mais comentados.

junho de 2019, o cenário das violências institucionais e simbólicas foram verticalmente ampliados⁵.

Neste sentido, estes e outros debates em torno das questões de gênero e sexualidade marcaram os debates do Simpósio Temático, “Relações de gênero, sexualidades, identidade e poder no Brasil contemporâneo, do V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH/Brasil. Este artigo é, portanto, fruto dos debates realizados por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores que tocaram sensivelmente em temas que transversalizam e capilarizam a condição instável das categorias gênero e sexualidades na medida em que fornecem uma rica análise sobre os pontos nevrálgicos que estruturam o período recente.

Gênero e Sexualidades em foco

Não é uma novidade historiográfica o fato de a violência constituir-se como um elemento central na análise em torno aos processos de busca por cidadania e de localização do lugar que as mulheres ocupam na sociedade brasileira⁶. Este ponto já foi analisado por inúmeras historiadoras ao demonstrarem os diferentes modos de exclusão, assim como também as resistências protagonizadas pelas mesmas.

Ao refletirmos a escalada autoritária da qual ainda estamos imersas, a violência e a relação com os dispositivos de controle são indissociáveis. Neste sentido, Vitória Dreide Xavier Araújo Silva e Daniel Fellipe Ribeiro (2022) Santos investigam parte desta contradição para compreender os aspectos da representação política a partir do gênero.

⁵ O Relatório das Ofensivas antigênero no Brasil (2021) também nos permite compreender o violento ataque aos direitos das pessoas transgênero a partir de três eixos, o primeiro deles está no direito de acesso da população Trans ao Sistema de Saúde, o segundo deles se relaciona ao Processo Transexualizador e o terceiro se relaciona

⁶ Sobre este tema inúmeros trabalhos já desenvolveram análises.

Compreender este cenário significa também recompor os marcos legislativos em relação à participação das mulheres na política institucional e seus respectivos efeitos. O desenvolvimento normativo que viabiliza a participação política se inicia com o Decreto 21.076 publicado em 1932 com a afirmação dos direitos políticos e ganhou novos contornos com a conquista pelo voto feminino na Constituição de 1946.

Silva e Ribeiro destacam que a democracia brasileira excluiu e limitou a participação das mulheres de uma forma ampla. Neste sentido:

Visando amenizar tais discriminações o legislativo elaborou uma série de normas quais sejam: a cota para registro de mulheres (art. 10, § 3º da Lei nº 9.504/1997) e a definição de piso e teto de fundo partidário (art. 9 da Lei nº 13.165/2015). A primeira ação afirmativa que buscou estimular a participação das mulheres na política foi o artigo 11, parágrafo 3º, da Lei nº 9.100/1995, que previa que: “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995). No entanto, em setembro de 1997, a Lei das Eleições, Lei nº 9.504 tornou obrigatória a reserva de no mínimo 30% das vagas dos candidatos de cada sexo à Câmara dos Deputados, à Câmara Legislativa, às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais. (SILVA; RIBEIRO 2022, p.4)

O conjunto de tentativas legislativas para a mitigação das disparidades de representação política, entretanto, não significou um estímulo efetivo para a participação de mulheres nos espaços de decisão. Isto significa dizer que estas legislações não viabilizaram uma massiva participação feminina. Flávia Biroli (2018) ao discutir este mesmo tema ressalta que em muitos casos a baixa presença “não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino” (BIROLI, 2018, p. 182)⁷.

Este jogo político presente dentro da dinâmica da democracia representativa encontra ainda alguns pontos que consolidam a trama das contradições. Muitas dessas mulheres, envolvidas na atuação política, estão

7

à frente de movimentos sociais de diferentes tipos. Ao mesmo tempo, a ascensão política de Dilma Rousseff e o golpe político experimentado pela presidenta surgem como demonstração dos limites da participação de mulheres dentro da agência institucional.

Neste ponto, as recentes legislações abriram espaço para o aumento de ocupantes mulheres dentro do legislativo, como por exemplo a ampliação da bancada feminina no Senado em 2023. Embora saibamos que a representação como fim não seja a resolução para o processo de emancipação das mulheres, o aumento na circulação de mulheres nestes ambientes significa, sobretudo, que um processo de negociação e mudança está se estruturando.

Em um contexto como este, o da baixa representação política, um dos efeitos mais graves é a violência. O caráter histórico da misoginia no Brasil atinge de modo mais cruel e persistente as mulheres negras. Jéssika Cristina Silva Santos (2022) em diálogo com autoras do feminismo negro e também do feminismo interseccional, chama a atenção para a reconfiguração de processos identitários visíveis neste mesmo contexto.

Enquanto sofre com questões estruturais ocupando os mais baixos níveis de dignidade humana do país, mulheres negras – cisgêneras ou transgêneras – estas mulheres são, muitas vezes, objetificadas a partir de um processo de fetichização. Deste modo, como contraposição o constituir-se mulher negra significa quebrar dinâmicas de representação social “advindas de seu processo de colonização” (SANTOS, 2022, p.7)

É dentro deste contexto que as políticas em relação a beleza e as subjetividades têm evidenciado diferentes modos de resistência que muitas das vezes acabam cooptadas pelo capitalismo. Ângela Figueiredo destaca que é neste contexto em que é “preciso assumir o controle da própria imagem” (2002, p.243). Este processo está diretamente conectado ao histórico de violência e opressão vivida pelas mulheres negras.

Lélia Gonzalez (2020) discutiu alguns desses aspectos a partir de um processo de imbricação de uma experiência material e subjetiva que constrói

um espaço simbólico e um jogo de representações sociais que viabilizam uma inteligibilidade das mulheres negras como mulatas ou domésticas. A construção destes lugares invisibiliza e impossibilita a vazão do reconhecimento das potências de suas resistências e de seu caráter humano.

Para Santos (2022) este projeto representativo situa-se dentro de uma empreitada de embranquecimento que não só apagou as possibilidades de significações outras como também partiu da perspectiva da “negação e da criminalização do que é o próprio povo negro” (2020, p. 4). Neste sentido, o debate que a autora viabiliza, a partir de suas conexões com Lélia Gonzalez (2020) e Angela Figueiredo (2002) é o da consideração de que as mulheres negras em um âmbito do espaço de formação social situam-se no lugar de produção de uma autoimagem fraturada. Consequentemente, se esta fratura se dá no objetivo, a sua relação com o projeto colonial de embranquecimento também se experimenta.

As taxas de violência doméstica, os episódios de racismo cotidiano e a objetificação da mulher negra a partir dos diferentes meios midiáticos escancararam de um lado os efeitos deste processo. Já em um outro sentido, essas mídias também possibilitam a observação de um jogo político que se estabelece a partir da insatisfação, ou seja, da indisciplina dos corpos. Isto significa construir um caminho de antítese e de reinvenção da relação dominador/dominado.

A partir desta insatisfação, outros prognósticos também podem ser percebidos. Nesta relação de dominação e, ao mesmo tempo, de desobediência consciente, estabelece-se também um processo de ressignificação das subjetividades de outras sujeitas. Estas, muitas vezes, seguem um percurso histórico paralelo no processo de objetificação e de não reconhecimento da dignidade humana.

Nívia Xavier Correia Nóbrega e Sérgio Luiz Baptista da Silva (2022) identificaram estas sujeitas a partir da reinvenção das subjetividades diante de um processo histórico marcado pela abjeção. Se por um lado Santos (2022)

discutia a pertinência da necessidade e do processo histórico do reencontrarse a partir das políticas do cabelo e do reconhecimento dos lugares sociais atribuídos pelas mulheres negras, por outro, Nóbrega e Silva (2022) percorrem um caminho parecido ao discutir a produção do Relatório Descritivo da 1ª Etapa do I LesboCenso Nacional, censo criado pela Liga Brasileira de Lésbicas.

A autora e o autor destacam que o processo de reconhecimento destas sujeitas lésbicas e da população LGBTQIAPN+ em geral passa pela construção de uma estrutura de abjeta. Como bem desenvolveu Judith Butler (2019) esta categoria é, sobretudo, uma forma de reconhecer a existência de sujeitos, sujeitas e sujeitos que fogem à construção das normas de gênero, sexualidade e também de raça. Esta abjeção, é construída na medida em que são estruturadas em um campo de força das relações sociais, elementos que constroem a hegemonia e a subalternidade.

Parte deste processo pode, por exemplo, ser evidenciado a partir da emergência, nos últimos anos, de um debate em torno da “ideologia de gênero” que segundo Nóbrega e Silva que reforçam a ideia de que “a criança é concebida como heterossexual e de gênero-normado” (2022, p.6). Em linhas gerais esta construção discursiva contesta a compreensão do gênero e da sexualidade como elementos culturais e subjetivos alimentando uma lógica cisheteronormativa reificada a partir de uma lógica compulsória.

Os efeitos da essencialização do desejo e do gênero puderam ser observados no LesboCenso Nacional que teve a sua primeira etapa publicada em 2021. O argumento central de Nóbrega e Silva é construído à medida em que analisam este relatório produzido a partir da participação de 24.393 pessoas.

No relatório 78,61% das entrevistadas disseram que já sofreram lesbofobia, 77,39% disseram que já sofreram violência por ser lésbica/sapatão e 6,26% destacaram que alguma pessoa próxima ou conhecida morreu por ser lésbica/sapatão. O relatório ainda evidencia os tipos de violências

Os três maiores percentuais são respectivamente o assédio moral contendo 31,36%, o assédio sexual com 20,84% das respostas e violência psicológica com 18,39% além de incorporar outras formas como violência sexual, patrimonial, cibernética, física, institucional, esturpo corretivo e tentativa de assassinato como formas específicas de manifestação da lesbofobia. Estes dados servem como uma sustentação que nos viabiliza distinguir quanto ao processo de manutenção e constituição desta condição de abjeção social.

A autora e o autor enxergam como uma das saídas, a necessidade de construção de políticas educacionais e abordagens pedagógicas que debatam o tema como uma das estratégias de rompimento desta condição histórica (NÓBREGA; SILVA, 2022). Embora esta seja uma das estratégias, alguns outros pontos parecem estar garantindo a promoção e alteração lenta deste processo. A atuação do campo feminista, e sobretudo do feminismo lésbico, parece ir em direção deste sentido.

A historiadora Jaíne Chianca da Silva a partir da análise do boletim *ChanacomChana* (1982-1987), periódico publicado pelo Grupo de Atuação Lésbica Feminista de São Paulo, demonstra não só a historicidade da produção da abjeção como:

Para o GALF, não adiantava somente mostrar às mulheres lésbicas o papel importante do feminismo, principalmente no que tangia a busca pela autonomia e reivindicações de direitos, mas mostrar também as demais feministas que as pautas lésbicas eram tão importantes, quanto as de mulheres que se relacionavam apenas com homens, e que por serem importantes, deviam ser debatidas por todas. (DA SILVA, 2022, p.11)

A autora defende que que o periódico abria um caminho duplo de questionamento das questões de gênero e sexualidade não só na sociedade como um todo mas também, e sobretudo, no interior do movimento feminista. Este processo parece estar bastante evidente na história do feminismo brasileiro (PINTO, 2003), assim como também na arena política atual com os debates propostos pelo transfeminismo.

Este mesmo debate político parece ganhar imagem a partir da HQ *Gênero(s) e(m) silenciamentos: A violência nossa de cada dia*, Sasuke Ribeiro

de Almeida (2022) investiga a partir do uso das discussões em torno a identidade os significados da violência contra pessoas LGBTQIA+ no cotidiano. Para tal análise Almeida destaca a abordagem dos estudos culturais tendo Stuart Hall (2006) como uma de suas maiores referências.

Na HQ escrita por Fernanda Lunkes, Gabriel Onasses e Saulo Carneiro, ilustrada por Gabriel Onasses, o debate é construído a partir de episódios cotidianos onde o discurso e a performance ganham maior espaço. Neste cenário construído, são discutidas questões que estão em evidência e dialogam diretamente com as piadas e outros episódios de violência que frequentemente pessoas LGBTQIA+ estão acostumadas a ouvir.

Considerações Finais

Os trabalhos aqui mobilizados serviram como uma espécie de formação de um panorâma do Brasil Contemporâneo a partir das questões de gênero e sexualidades. As questões e os desafios das políticas das sensibilidades, das sujeitas e das corporeidades parecem não só terem se tornado ainda mais urgentes como também demonstram o fluxo de ideias políticas e de contraposições de diferentes sujeitas em seus respectivos contextos de luta.

Parte dos textos até sugere que longe de estar apartado em um presente que encerra em si mesmo, suas raízes estão atreladas às estruturas ideológicas que pouco a pouco parecem ser desatadas. Como um legado maledicente ou como um passado ruidoso no presente, os dispositivos de poder que agem sobre as subjetividades corporificadas e o poder que delas também emanam são, sem sombra de dúvidas, parte de uma trama histórica sem um fim determinado.

Inúmeros são os avanços e a recente vitória de esquerda nas eleições presidenciais de 2022 demonstraram que talvez o projeto neoliberal pudesse ser contraposto ou, no limite, mediado. Estas mediações não fizeram parte deste artigo mas os debates aqui levantados podem aferir um país

sintomático. A violência como um mecanismo irrefutável de esvaziamento dos corpos políticos ou de contenção política parece figurar em diferentes camadas, atravessadas pelos efeitos das interseccionalidades.

Neste sentido, sexualidade, gênero e raça constituem a formação de uma identidade em constante (des)construção. Seja a partir dos dados do LesboCenso, seja a partir dos dados da violência de gênero ou da reconstrução histórica dos espaços de abjeção, como mencionados anteriormente neste texto, este processo parece estar por se fazer. Dizer e cartografar a historicidade destes pontos significa abrir espaço para novas construções políticas e manter contínuo um processo dialógico que ao mesmo tempo escuta as manifestações políticas das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, assim como também nos permite identificar e aperfeiçoar um presente marcado por inúmeras contradições sociais.

A reinvenção destas identidades passa pelo reconhecimento da ação das violentas e da viabilização de espaços de resistência que parecem ganhar mais espaço a partir da consolidação de marchas e mobilizações que em meio ao autoritarismo parecem ganhar fôlego por necessidade de sobrevivência. Registros deste processo foram vistos, por exemplo, no 13º *Women's Worlds Congress* realizado no Brasil junto ao Seminário Fazendo Gênero 11 em 2017, nas marchas do #EleNão de 2018 ou ainda das série de manifestações espalhadas pelo país durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

Há, neste sentido, um cenário de construção e reconstrução dos espaços políticos, subjetivos e sensíveis. O saldo deste panorama é a apresentação de um Brasil marcado pela violência de gênero e ao que parece, as mobilizações LGBTQIA+ e os movimentos feminista e de mulheres continuam fortalecendo uma contraposição radical que torna pública as zonas de opressão. A historiografia, neste sentido, ocupa um espaço de suma importância por viabilizar um espaço de publicização e de entrelaçamento dos jogos de gênero que ainda insistem em ocupar o cenário político brasileiro.

Referências

AÇÃO Educativa, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Conectas, Conselho Latino Americano dos Direitos da Mulher – Brasil, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais, IPAS e Observatório de Políticas de Sexualidade. *Ofensivas Antigênero no Brasil, políticas de Estado, legislação, mobilização social*. Brasil, 2022.

ALMEIDA, Sasuke R. *Reflexões acerca da Hq Gênero(s) e(m) silenciamentos: a violência nossa de cada dia, com contemporaneidade brasileira*. In: MAIA, Claudia de Jesus; REIS, Filomena Luciene Cordeiro; TÓFAN, Ingrid Damásio Ribeiro. Anais Eletrônicos do V Encontro Nacional do Grupo de Trabalho do Grupo de Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL: gênero e colonialidade nos 200 do Brasil (in)dependente. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2023, p. 1-12. Disponível em: <https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/1675193732_ARQUIVO_3caf67ebea309cdf7e271e2d810c4792.pdf>. Acesso em 10 mar. 2023.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.

CAPITAL, Carta. "Não podemos parar por 7 mil que vão morrer" e "molecada na favela nem paga": os bolsonaristas sobre o coronavírus. *Carta Capital*, São Paulo, 24 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.carta-capital.com.br/sociedade/nao-podemos-parar-por-7-mil-que-vaio-morrer-e-molecada-na-favela-nem-pegas-os-bolsonaristas-sobre-o-coronavirus/>>. Acesso em 2 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Ângela. "Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada": Identidade, Consumo e Manipulação da Aparência entre os Negros Brasileiros. *Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu (MG), 2002.

GONÇALVES, Silvane Ribeiro. *Polícia e masculindades: as capas da Revista Militia (1947-1964)*. In: MAIA, Claudia de Jesus; REIS, Filomena Luciene Cordeiro; TÓFAN, Ingrid Damásio Ribeiro. Anais Eletrônicos do V Encontro Nacional do Grupo de Trabalho do Grupo de Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL: gênero e colonialidade nos 200 do Brasil (in)dependente. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2023, p. 1-16. Disponível em: <https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/16704444581_ARQUIVO_8825ee1745ee8941f2fe229ce2594f46.pdf>. Acesso 1 jan.2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

NÓBREGA, Nívia Xavier Correia. *Corpos abjetos: a lógica frente à produção de novas subjetividades*. In: REIS, Filomena Luciene Cordeiro; TÓFAN, Ingrid Damásio Ribeiro. Anais Eletrônicos do V Encontro Nacional do Grupo de Trabalho do Grupo de Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL: gênero e colonialidade nos 200 do Brasil (in)dependente. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2023, p.1 -13. Disponível em:

<https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/167503702_3_ARQUIVO_6252f408dcd810804d60dd162c966991.pdf> Acesso em 5 ago. 2023.

PINTO, Celi Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Jaíne Chianca. *Uma narrativa de heteroerro: discussão sobre lesbofobia, racismo e conexões à História Global*. In: MAIA, Claudia de Jesus; REIS, Filomena Luciene Cordeiro; TÓFAN, Ingrid Damásio Ribeiro. Anais Eletrônicos do V Encontro Nacional do Grupo de Trabalho do Grupo de Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL: gênero e colonialidade nos 200 do Brasil (in)dependente. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2023, p. 1-16. Disponível em: <https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/1672333062_ARQUIVO_ad886ffda1ef323386c81c5e629aa7bb.pdf>. Acesso em 5 jul. 2023.

SILVA, Vitória Dreide Xavier Araújo, SANTOS, Daniel Felipe Ribeiro Santos. *A influência do gênero na representação política*. In: MAIA, Claudia de Jesus; REIS, Filomena Luciene Cordeiro; TÓFAN, Ingrid Damásio Ribeiro. Anais Eletrônicos do V Encontro Nacional do Grupo de Trabalho do Grupo de Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL: gênero e colonialidade nos 200 do Brasil (in)dependente. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2023, p. 1-10. Disponível em: <https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/1675209738_ARQUIVO_5aabf9e080edb8b573d873485486f630.pdf>. Acesso em 2 abr. 2023.

ZACHEO, César Augusto; LENTE, Tainá Fagundes. *A carne mais barata do Brasil é a carne travesti: Análise do desdobramento da morte de Kelly dos Santos*. In: REIS, Filomena Luciene Cordeiro; TÓFAN, Ingrid Damásio Ribeiro. Anais Eletrônicos do V Encontro Nacional do Grupo de Trabalho do Grupo de Estudos de Gênero da ANPUH-BRASIL: gênero e colonialidade nos 200 do Brasil (in)dependente. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2023, p. 1-16. Disponível em: <https://www.engteg.anpuh.org/resources/anais/10/engteg2022/1675163392_ARQUIVO_b4bd180cc08fc0b59e0bfd817adf0d89.pdf>. Acesso 2 jun. 2023.